

A I N° - 279547.0650/03-8
AUTUADO - ÁGUA DO MAR CONFECÇÕES ESPORTIVAS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ CÍCERO DE FARIAS BRAGA e MARCO ANTONIO VALENTINO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 16.10.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0403/01-03

EMENTA. ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTADUAL BAIXADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado que houve erro no processamento da emissão dos documentos fiscais. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado no trânsito de mercadorias em 27/06/03, reclama ICMS, por antecipação, no valor de R\$1.080,40, acrescido da multa de 100%, pelo fato do adquirente da mercadoria encontrar-se como a inscrição estadual em processo de baixa no sistema informatizado desta SEFAZ.

Em sua defesa (fls. 19/20), o autuado informou que as aquisições das mercadorias foram realizadas por sua matriz, que funciona onde estava anteriormente localizada sua filial, que se encontra com pedido de baixa de inscrição. Entretanto, o remetente, equivocadamente, consignou nas notas fiscais autuadas o CNPJ e Inscrição Estadual de sua filial. Ressaltou que como somente havia realizado a sua mudança de endereço do seu estabelecimento no mês de junho, induziu seu fornecedor a cometer o erro.

Auditora fiscal chamada à lide para contra arrazoar, ratificou os argumentos apresentados pelo defendente, principalmente pelas provas trazidas aos autos (fl. 39).

VOTO

Da análise dos documentos que compõem o presente processo, constato:

1. O Auto de Infração foi lavrado contra o autuado que, pelos dados constantes no cadastro da Secretaria da Fazenda, estava estabelecido na Av Tancredo Neves, 149, Qd F, loja 3, Shopping Igatemi, com CNPJ nº 34.431.213/0002-70 e Inscrição Estadual nº 43122035;
2. Consta à fl. 22 que a empresa em 09/06/03 requereu a baixa de sua inscrição cadastral;
3. Quem impugnou o lançamento fiscal foi o estabelecimento matriz do autuado que se encontra estabelecido, a partir do encerramento das atividades de sua filial, no endereço onde esta funcionava.
4. A loja matriz deu entrada, em 30/06/03, de sua mudança de endereço, conforme DIC apensado à fl.

21, sendo que neste mesmo dia foi modificado nesta Secretaria da Fazenda, conforme hard copy do Sistema INC – Informações do Contribuinte, que ora anexo aos autos.

Diante de tais fatos, embora as notas fiscais tenham sido emitidas em nome do autuado, restou comprovado que a loja matriz, após o requerimento da baixa de sua inscrição, havia mudado seu estabelecimento para seu endereço. Como ambos possuem o mesmo nome e que todos os fatos (requerimento de baixa e mudança de endereço) ocorreram no mês de junho, é absolutamente plausível que o fornecedor tenha se equivocado no número do CNPJ e Inscrição Estadual. Ressalto que os documentos fiscais foram emitidos neste mês, bem como o Auto de Infração.

Assim, estando convencida da exclusão da hipótese da ocorrência de má fé e que houve erro no processamento da emissão das notas fiscais, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279547.0650/03-8**, lavrado contra **ÁGUA DO MAR CONFECÇÕES ESPORTIVAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de outubro de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR